



17/12/2025

Número: **0109187-32.2025.8.17.2001**

Classe: **Tutela Antecipada Antecedente**

Órgão julgador: **3ª Vara da Fazenda Pública da Capital**

Última distribuição : **14/12/2025**

Valor da causa: **R\$ 49.300.000.000,00**

Assuntos: **Tutela de Urgência**

Nível de Sigilo: **0 (Público)**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
SINDICATO DOS TRA NAS IND URBANAS NO EST DE PERNAMBUCO (REQUERENTE)	
	MAXIMIANO JOSE CORREIA MACIEL NETO (ADVOGADO(A))
ESTADO DE PERNAMBUCO (REQUERIDO(A))	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
226350756	17/12/2025 13:41	Decisão	Decisão



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
3ª Vara da Fazenda Pública da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE -
PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810250

Processo nº **0109187-32.2025.8.17.2001**

REQUERENTE: SINDICATO DOS TRA NAS IND URBANAS NO EST DE PERNAMBUCO

REQUERIDO(A): ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de Pedido de Tutela de Urgência em Caráter Antecedente ajuizado pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS NO ESTADO DE PERNAMBUCO (SINDURB-PE) em face do ESTADO DE PERNAMBUCO, visando a suspensão do processo de licitação (Concorrência Internacional nº 0021.2025.0021.SRHS) para a concessão parcial dos serviços públicos de água e esgoto, nos termos da inicial de ID 225947594.

O Autor sustenta, em síntese, a ocorrência de irregularidades graves que resultam em potencial dano ao erário e à população, destacando vícios na fase de planejamento, limitação indevida de descontos em tarifas, orçamento defasado, subdimensionamento tarifário para a COMPESA e erro no cálculo do Índice de Atendimento de Esgotamento Sanitário (IAE).

Juntou extensa documentação e recolheu custas (ID 225964737).

Despacho de ID 225996457, determinando a intimação do suplicante para fins de emenda à inicial, apresentada nos moldes da manifestação de ID 226021862.

O ESTADO DE PERNAMBUCO, devidamente intimado para se manifestar sobre o pedido de urgência (ID 226026785 e ID 226238054), quedou-se inerte, não apresentando subsídios ou defesa nos autos até o presente momento (ID 226343088).

O cronograma da licitação aponta que a sessão pública para exame e julgamento das Propostas Comerciais (Volume 2) está marcada para **18 de dezembro de 2025 (amanhã)**.

Dito isto, diante da urgência que o caso comporta, relatei e decido.



A concessão da tutela de urgência pressupõe a coexistência dos requisitos do art. 300 do Código de Processo Civil: a probabilidade do direito (*fumus boni iuris*) e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (*periculum in mora*).

Na inicial, a parte autora impugna o Edital da Concorrência Pública Internacional nº 0021.2025.0021.SRHS, apresentando, em resumo, os seguintes fundamentos:

1. Limitação do desconto tarifário a 5% (Item 5.1.3 do Edital);
2. Orçamento de obras defasado (Base: Set/2023);
3. Estudo de Tarifa da COMPESA (R\$ 1,84/m³) subdimensionada.

Importante asseverar que o Edital é um ato administrativo que goza de presunção de legalidade, exigindo prova cabal de vício insanável para suspensão imediata. Neste contexto, **ao menos em um juízo de cognição sumária próprio das medidas liminares**, no tocante ao item 1, acima elencado, tem-se que a combinação de critérios (maior desconto + maior outorga) é legal, posto prevista no Art. 15, III, Lei 8.987/1995. A alegada ilegalidade da limitação requer dilação probatória e análise do mérito, incompatível com a cognição sumária. No que se refere ao item 2, o contrato de concessão prevê expressamente mecanismos de reajuste tarifário (cláusulas 30.3.1 – ID 225947622, página 10 e 38.5 – página 39), mitigando o risco de inexecução imediata. Por fim, melhor sorte não assiste ao autor no tocante ao item 3, eis que tal argumento é baseado em projeções do suplicante, e não em prova pré-constituída de erro de cálculo, exigindo análise pericial aprofundada na Ação Principal a ser eventualmente proposta.

A documentação complexa demonstra a necessidade de dilação probatória, enfraquecendo a imediata verificação do *fumus boni iuris*. O direito à tutela de urgência é condicionado à probabilidade do direito. As alegações do Requerente envolvem a contestação de complexos modelos econômico-financeiros (EVTE) e metodologias de cálculo (IAE, tarifas), cuja comprovação de ilegalidade não pode ser dada por simples exame dos autos, mas requer dilação probatória e, possivelmente, perícia técnica.

Por outro lado, o Edital impugnado e os estudos de viabilidade são atos administrativos que, em princípio, são considerados válidos, cabendo ao Autor a prova irrefutável para a sua suspensão. **A ausência de manifestação do Estado não inverte automaticamente essa presunção, nem supre a falta de prova robusta do Autor.**

O próprio contrato prevê mecanismos para lidar com desequilíbrios econômico-financeiros (Cláusula 37.8), e os valores de investimento (data-base de Set/2023) devem ser atualizados pelo IPCA, o que sugere que o risco alegado pelo Autor já está endereçado contratualmente, mitigando o dano iminente.

O ponto crucial para o indeferimento reside, outrossim, na ponderação entre o risco alegado pelo Autor (eventuais prejuízos ao erário/usuário se a licitação continuar) e o risco de dano inverso à sociedade e ao interesse público (suspensão do processo). A suspensão do ato marcado para 18 de dezembro de uma concessão essencial, como o saneamento básico, que visa metas de universalização, implica um risco maior e mais grave ao interesse público do que os potenciais vícios alegados.

O projeto de concessão parcial dos serviços de saneamento básico visa o cumprimento das **metas de universalização** estabelecidas pela Lei nº 14.026/2021 (Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico) até 2033. A urgência é reconhecida, visto que os indicadores de universalização demonstram tendência de não atingimento no prazo fatal legal. Neste aspecto, a análise dos riscos aponta para a predominância do *periculum in mora inverso*, e a medida pleiteada não se mostra irreversível na fase atual do certame.

O ato cuja suspensão se pretende imediatamente — o julgamento das propostas comerciais (leilão) em 18/12/2025 — representa uma etapa intermediária do procedimento licitatório. O cronograma de licitação prevê etapas subsequentes e essenciais para a concretização do negócio, a saber:



1. Divulgação do resultado da análise dos Documentos de Habilitação (Item 15 do cronograma).
2. Abertura de prazo para interposição de recursos administrativos (Item 16).
3. Adjudicação do objeto à Licitante Vencedora (Item 22).
4. Prazo para assinatura do Contrato (Item 24).

A fase a ser realizada em 18/12/2025 diz respeito apenas à análise e classificação das propostas comerciais. A finalização do processo, com a transferência de obrigações e a celebração do contrato de concessão, ainda dependerá da Adjudicação e da posterior convocação para a formalização da contratação, momento em que a medida se tornaria efetivamente irreversível.

Neste contexto, o eventual prosseguimento da licitação até a fase de adjudicação não inviabiliza que este Juízo, em cognição mais aprofundada, ou em sede de eventual pedido cautelar alternativo (expressamente requerido pelo próprio Sindicato), possa suspender quaisquer etapas, preservando a utilidade do processo principal sem causar o grave dano à coletividade.

A suspensão, neste momento, de um certame dessa natureza, que envolve altos investimentos (R\$ 35 bilhões) e define soluções para o saneamento do estado por 35 anos, compromete o avanço das políticas públicas essenciais, resultando em um dano à coletividade (interesse público primário) que se sobrepõe ao risco alegado pelo Requerente, em um juízo de caráter preliminar.

Assim, a insuficiência dos elementos apresentados pelo Requerente não supera em um juízo preliminar a presunção de legalidade e legitimidade do ato administrativo, especialmente diante da complexidade do objeto e a sobreposição do interesse público primário (universalização do saneamento).

Pelo exposto, e considerando que os argumentos e as provas apresentados pelo Requerente são insuficientes para demonstrar a probabilidade do direito alegado **em sede de cognição sumária**, bem como o perigo de dano inverso ao interesse público na universalização dos serviços de saneamento é superior ao risco alegado pelo Autor, **INDEFIRO** o pedido de tutela de urgência de caráter antecedente, na forma do art. 300 do CPC.

Concedo ao Requerente o prazo de 5 (cinco) dias para que adite a petição inicial, nos termos do § 6º do artigo 303 do CPC.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Recife (PE), 17 de dezembro de 2025.

Milena Flores Ferraz Cintra

Juíza de Direito

